



Silêncios, opacidades e regimes de verdade em São Tomé e Príncipe: os contornos da história recente

Silences, opacities and regimes of truth in São Tomé and Príncipe: the shape of recent history

*Augusto Nascimento**

Resumo: Este texto aborda possibilidades de elaboração e de distorção do conhecimento histórico, mormente sobre a época do advento da independência de São Tomé e Príncipe. Aqui, sob influência do nacionalismo, o conhecimento histórico cumpriu a corriqueira função de exaltação política em Estados recém-independentes. Os silêncios e o débil conhecimento, por exemplo, acerca da “luta” pela independência, serviram para a proteção dos políticos. Por isso, o saber histórico enredou-se em armadilhas epistemológicas e em escolhas de dados empíricos determinadas pela instrumentalização política da história recente. Neste texto, problematizam-se noções e descrições históricas inquestionadas no arquipélago, assim como se equacionam as consequências da opacidade da história na difícil construção de uma opinião pública crítica e informada acerca da condução política do arquipélago.

Palavras-chave: Conhecimento histórico, Nacionalismo, São Tomé e Príncipe

Abstract: This text deals with possibilities of elaboration and distortion of historical knowledge, especially about the time of the advent of Sao Tome and Principe independence. Here, under the influence of nationalism, historical knowledge fulfilled the common function of political exaltation in newly independent states. Silences and weak knowledge, for example, about the "struggle" for independence, served to protect politicians. Hence, historical knowledge has become entangled in epistemological traps and choices of empirical data determined by the political instrumentalization of recent history. In this text, concepts and historical descriptions unquestioned in the archipelago are problematized, just as the text equates the consequences of the opacity of history in the difficult construction of a critical and informed public opinion about the political conduction of the archipelago.

Keywords: Historical knowledg, Nationalism, São Tomé and Príncipe

* Investigador auxiliar da Universidade de Lisboa. Centro de História. E-mail: anascimento2000@gmail.com
AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos, v.01, n.01, p. 66 – 84, out.2018/março.2019

Introdução

Em prejuízo de outras ideologias, o nacionalismo revelou-se um móbil poderoso, de tal forma que, sem ele, a história universal dos derradeiros séculos pareceria destituída de sentido. Ainda assim, para autores que perfilhem a ideia da identidade nacional como uma construção social ou tenham presente a hipótese de, como alhures, o desenho político de África permanecer em aberto, os sentimentos nacionalistas têm uma valia relativa: decorrentes de vivências institucionalmente enquadradas, cruciais para cimentar a confiança na interlocução política, relevantes para demandar e criar fasquias de coesão social, os nacionalismos pretendem-se autorreferenciados, mas, ainda assim, nunca são uma referência total para os indivíduos e, menos ainda, o serão ou deveriam ser para os estudiosos. E, não sendo irrelevantes para os múltiplos juízos políticos em confronto numa sociedade, não deveriam interferir com a produção do saber e, em particular, do conhecimento histórico.

Mesmo que, à guisa de hipótese, se conceda que o conhecimento histórico tem quase inevitavelmente algo de mítico e de reparador para a sociedade que o elabora, nem a compreensão por essa presumida função política e social, relevante para entidades políticas recentes, credoras de um capital de simpatia pelo sofrimento inerente à pretérita sujeição colonial, desobriga de sopesar e de desconstruir as novas vulgatas históricas, não raro também elas ligadas a vanglórias e, até, a factos duvidosos.

No caso de São Tomé e Príncipe, um motivo de estranheza é o escasso discurso histórico enunciado por são-tomenses¹, o que traduz um saber ralo, reduzido a asserções que, embora banalizadas, por regra não se escoram no conhecimento minucioso dos meandros de processo e eventos marcantes, incluindo os mais recentes. Mais relevante, algumas asserções corriqueiras sobre a história recente do país impõem-se como ditames que parecem tirar relevância ou até sentido ao aprofundamento da investigação, a qual, muito provavelmente, as tornaria infundadas. Comumente, essas supostas verdades foram ditadas por políticos.

Há cerca de uma década, numa conversa não gravada com um político proeminente, ao aventar ideias acerca da despolitização do grosso dos ilhéus na era colonial e, por conseguinte, acerca do que os ideais nacionalistas teriam de novidade para os são-tomenses, fui interrompido com uma enfática, quase admoestadora, pergunta, denotadora de incredulidade face à heresia. Reproduzo-a tão fielmente quanto possível: “mas está a dizer que os são-tomenses...?” Estava! Não me lembro como saí da embrulhada em que me metera, menos pelo teor da asserção acerca do rarefeito ou, se tanto, expectante nacionalismo dos ilhéus², do que pela inutilidade de questionar um dos denominados de “mais velho” e, sobretudo, uma trajetória ao serviço de um ideal, que eu sustentava não ser partilhado pelos conterrâneos até ao momento em que o 25 de Abril tornou a independência tangível. Ultrapassado o embaraço, a conversa prosseguiu com afabilidade. Eu sedimentei a lição de que era impossível sequer tentar contextualizar o ideal nacionalista para quem reivindica ter lutado por ele, ou, noutros termos, de que as minudências teóricas e as evidências empíricas pouco importam aos protagonistas, sobretudo se eles puderem arrogar-se a condição de vencedores. Mais, intuí a aversão a factos que contradissem ou relativizassem uma narrativa tida por

¹ Após décadas de silêncio, apareceram alguns estudos históricos ou de cariz pluridisciplinar de são-tomenses versando a história recente (veja-se, por exemplo, SANTO, Armindo Ceita Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. SANTO, Carlos Espírito. *A primeira república*, Lisboa: Edições Colibri, 2015). Todavia, a historiografia sobre esta época, decisiva na construção da nação são-tomense, tem continuado a cargo de estrangeiros.

² A este respeito, veja-se, por exemplo, NASCIMENTO, Augusto. A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe. In: ROSAS, Fernando, MACHAQUEIRO, M. e OLIVEIRA, P. Aires (coord.). *O Adeus ao Império. 40 anos de independências*, Lisboa: Nova Vega, 2015, p.175-190. NASCIMENTO, Augusto, *A farsa da tropa nativa na transição para a independência em São Tomé e Príncipe*. TEL, vol. 7, n. 2, Irati, 2016, p. 233-273. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/10569#.WcTfYNFrzIU>>. Acesso em: 4/10/2018. NASCIMENTO, Augusto. O 25 de Abril, a efémera liberdade e a precocidade do medo em São Tomé e Príncipe. In: GONÇALVES, Leandro Pereira e PAREDES, Marçal de Menezes (org.). *Depois dos cravos, liberdades e independências*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016, p.101-156.

verdadeira porque hegemónica. Já o meu interlocutor poderá ter confirmado o (suposto) arraigamento dos preconceitos colonialistas, a ponto de, passadas dezenas de anos, ainda se sugerirem dúvidas em relação ao nacionalismo em São Tomé e Príncipe (note-se, analiticamente, dissociável da independência de que fora um dos protagonistas). E não se arrede a hipótese de, para este ilhéu, esta equivocada, constatação acerca da resiliência de devaneios colonialistas se poder ter tornado na melhor certeza acerca do nacionalismo são-tomense.

Este episódio indicia os desencontros possíveis em torno dos processos históricos, que, ilusoriamente no caso de São Tomé e Príncipe, parecem simples. Tal vale para os ditames acerca do colonialismo e, algo surpreendentemente, ou nem por isso, sobre o pós-independência. Durante anos, tais ditames permaneceram inquestionados e, de tão repetidos, verdades públicas, ainda que fossem apenas verdades de circunstância, que os ilhéus apenas desmentiam à boca pequena, lembrando, não raro, vantagens do “tempo do colono”.

Face a tais intuídas divergências, não será um equívoco arrolar os certamente resilientes e alienantes preconceitos herdados de colonialismo e do racismo, sobretudo se para manter inquestionado e justificado um percurso de privações e de provações como se estas ainda resultassem da herança do colono? Estas não eram um resultado necessário nem do colonialismo, nem, note-se, da (suposta) opção por uma “verdadeira independência”, um caminho político ditado por desígnios escosos que se queriam mais revolucionários do que nacionalistas. Donde a desilusão de muitos são-tomenses, atribuível a várias razões faladas à boca pequena, muitas delas relevantes para os silêncios e enviesamentos das narrativas da história recente de São Tomé e Príncipe.

Mais, não estará toda a investigação da história das ilhas balizada e, quiçá, coartada pela moldura de possibilidades traçada pelos ditos dos dirigentes? O discurso histórico é oportunidade de enunciação de justificações das decisões de responsáveis políticos, que delas tiraram (e continuam a tirar) proveitos pessoais em detrimento dos que eles mesmos designaram (e continuam a designar) por seus iguais. Cabe, pois, perguntar: porque é que os são-tomenses terão de, com base em narrativas imperscrutáveis, reconhecer o papel (histórico) assinalado pelos políticos e, em razão disso, prestar-lhes homenagem? E, a outro nível, que precedentes é que tais verdades ditadas criam do ponto de vista do relacionamento dos ilhéus com os dirigentes?

Mitos, justificações irrefutáveis pelo argumento de autoridade, evasivas, silêncios e outros expedientes de poder criam óbices ao conhecimento. Com efeito, parte dos limites ao conhecimento histórico decorre de determinações, mesmo se não explícitas, dos mandantes. Outrora justificadas com a prossecução da “luta”, tais medidas – em resultado das quais escassearão os registos escritos e outros³ – versavam a interação quotidiana. Não podiam, pois, deixar de infundir receio e de constranger os discursos, por exemplo, o dos historiadores. Contenção que, *mutatis mutandis*, se replica até hoje.

Para além dos de natureza política, outros condicionalismos – mormente a contiguidade forçada numa terra exígua – ditam baías ao saber. O efeito da conveniência social nas narrativas históricas prolonga-se até hoje, porque as personagens de certos relatos não podem ser identificadas, mesmo quando tais relatos parecem plausíveis e congruentes com outros dados (e, algo ironicamente, são veiculados na interação da rua). A conveniência social também opera porque nem para quem pode descrever certos factos, por ter deles conhecimento de causa, parece razoável sujeitar os atores e depoentes a revelações causadoras de incomodidade.

Em suma, cumpre registar que, em São Tomé e Príncipe, espanta a flagrante colisão entre o que é dado ver e saber – mesmo se informalmente, mas nem por isso menos verdadeiro – e o silêncio sobre passos

³ Durante anos quase não se podia fotografar nada. Quando, por mera intuição, alvitrei que os americanos – o inimigo público à época em que se acenava com o perigo de invasões de neoimperialistas! – deviam ter fotografias pormenorizadas de toda a ilha, um ministro sorriu e anuiu (*testemunho pessoal*), o que significava também anuir à irrelevância de qualquer fotografia que fosse das paupérrimas instalações militares. Tal proibição significava sobretudo que não se queria testemunhos da vida dessa época. O medo não era o da invasão, era o do discurso dissonante. Desse tempo, em que o suporte mecânico tornava a fotografia mais difícil, só devem abundar as fotografias oficiais. AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos, v.01, n.01, p. 66 – 84, out.2018/março.2019

políticos fulcrais no devir do arquipélago, casos da “luta”, dos negócios do petróleo e a atual subversão substantiva e formal das instituições do Estado de direito democrático⁴...

Num brevíssimo balanço, dir-se-á que a narrativa histórica assenta em raríssimas memórias, em poucos estudos⁵ e, sobretudo, em muitos silêncios, que só ultimamente começaram a ser rompidos. A maioria dos estudos adota uma perspetiva finalista – à luz da qual se prescreve uma atitude de luta do “povo” no passado, que não a teve – que impede uma visão ampla dos múltiplos sentimentos dos ilhéus. Mais, peca pela demissão de compreensão da sociedade, que, entretantes, se afasta, e muito, dos vários caminhos idealizados em 1974-1975 ou quando da liberalização política em 1990.

A par de outros⁶, surgiram os depoimentos assertivos de Gastão Torres⁷ e de Filinto Costa Alegre, a que se juntaram as memórias de Carlos Graça, Guadalupe de Ceita, além das biografias de Pinto da Costa e de Patrice Trovoada⁸. Em particular as biografias comportam, mais do que descrições, opiniões e alusões a eventos presumidamente consabidos de todos e, simultaneamente, objeto de dissensão ou de algum incómodo (na medida em que se andou enganado ou por conveniências de vária ordem se calou o engano), pelo que alguns eventos não são narrados. Relacionáveis com as lutas políticas, as alusões são de difícil interpretação para os de fora por força do desconhecimento dos eventos referidos mas, propositadamente, comentados pelos participantes que querem a realidade histórica cingida às suas alusões.

O regime de verdades (convenientes) e os (não) factos

O silêncio e a ocultação são prerrogativas de que, desde há muito, políticos lançam mão⁹. Assim, muita da história nutre-se de não factos, os quais pesam tanto como os factos. Falamos de dois tipos de não factos: um, por causa da micro-insularidade, a descrição de eventos é, amiúde, substituída por meras alusões, não raro contraditórias, ocasionalmente complementadas com considerações sobre a bondade de propósitos dos políticos e mais atores sociais. Outro, o composto por factos não narrados, nem sequer admitidos (pelo menos, durante décadas). É sabido (ou presumido) que ocorreram mas deles não se sabe nem se diz quase nada, salvo meias palavras. Ao mesmo tempo, tem de se convir na ocorrência de uma “luta”¹⁰, assaz duvidosa pelo menos nos termos em regra conotados com a designação “luta”, designação a

⁴ A última imposição do silêncio foi a decisão da presidência da assembleia de não discussão da eleição dita excepcional dos juizes do Supremo Tribunal de Justiça pela maioria simples de deputados que suportam o governo de Patrice Trovoada, cf. <https://www.telanon.info/politica/2018/07/06/27353/stj-excepcional-so-tem-4-juizes-conselheiros/>, acesso: 2 de agosto de 2018.

⁵ Veja-se SANTO, Armindo Ceita Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. SANTO, Armindo Ceita Espírito. *S. Tomé e Príncipe. Problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*, Lisboa: Edições Colibri, 2009. SANTO, Carlos Espírito, *O nacionalismo político são-tomense*, Lisboa: Edições Colibri, 2012. SANTO, Carlos Espírito. *A primeira república*, Lisboa: Edições Colibri, 2015.

⁶ Recolhidos em LABAN, Michel, *São Tomé e Príncipe. Encontro com escritores*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

⁷ Não surpreendentemente, o testemunho não aprofunda o que, de acordo com a ideologia referida ao povo e à ação de rua, deveria ter privilegiado, a saber, o comício de 19 de Março de 1975.

⁸ Recentemente, foram recolhidos de forma mais exaustiva depoimentos dos militantes independentistas, parte dos quais publicados em Jerónimo Moniz e Nilton Medeiros, 2015, *São Tomé e Príncipe: Retalhos de uma História*, documentário.

⁹ Citando Adriano Moreira, Elisabeth Vera CRUZ lembrou que o silêncio do poder – aquilo de que os agentes de poder não falam ou não consentem que se fale – é fundamental para a caracterização da ideologia orientadora do poder político, cf. CRUZ, Elisabeth da Conceição de Fátima Ceita Vera. *O estatuto do indigenato. O indígena em Angola(no) – A legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Lisboa: FCSH-UNL, 1994, p. 14-15.

¹⁰ Uma das involuntárias alusões ao vazio da “luta” brotou da tentativa de a resgatar. Para Carlos Benigno da CRUZ, dada a distância, a “direção” nunca escreveu textos políticos que dessem a conhecer a sua linha ideológica (CRUZ Carlos Benigno, *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Lisboa: Moraes Editores, 1975. p. 112). Ao tempo, apesar de imberbes, estes argumentos pareciam lógicos. A sua valia era relativa por ninguém questionar a sacralizada “luta”. Mas não foram anódinos, ajudando à convicção de quem se queria convencido. Em rigor, não se queria dar a conhecer a ideologia de cariz socializante, para não a sujeitar ao crivo do conservadorismo de muitos ilhéus.

trocar, a bem do rigor, pela de “militância”. A história de São Tomé é, em parte inacessível, pela prevalência destes não factos, de que não se fala. Cumpre apontar a falta de liberdade, o medo e, ainda, as conveniências sociais como indutores do silêncio e produtores de não factos. Tal gera outros que se presumem por deles não se falar, a não ser à boca pequena. Digamo-lo desde já, tal vale para o conhecimento histórico e para a condução política (a qual, por sua vez, condiciona a produção histórica).

Certos limites ao conhecimento decorrem do silêncio (ou, agora, de narrativas reabilitadoras das condutas) sobre processos considerados heroicos, em razão do que se afirma a sua existência – caso da “luta” ou da direção do Movimento¹¹, o qual, na verdade, se resumia à direção¹² – quando já são bastantes os indícios para a crítica de um discurso histórico, que paternalisticamente alguns terão considerado necessário, mas que, além de um menoscabo da cidadania, abre a porta a mistificações grosseiras.

Ao insistir na “luta” não se estará apenas a tomar por certas as convicções ou, até, os desejos, perpetrando, no plano do conhecimento, a clivagem política do tempo da transição para a independência, inevitavelmente, uma súbita e indesejável novidade para alguns são-tomenses? Não se trata de valorizar o argumento contra-factual para sustentar visões anacrónicas e enviesadas, trata-se, sim, de lembrar que a persistência na exclusão de outros possíveis na história pode servir para apagar a dimensão opressiva para parte dos ilhéus da arrogada “luta” contra as autoridades coloniais demissionárias e contra o “colono” de antemão derrotado pela mudança em Lisboa.

Perante a opacidade das narrativas com que se soterrou a descrição clara dos eventos quer entre 25 de abril de 1974 e 12 de julho de 1975, quer após esta data¹³, não advogaria que a recusa da transparência na abordagem das complexidades da história e da política constitua um hábito ainda hoje imputável ao colonialismo. Frise-se o óbvio, que o colonialismo, além de violento, era dúplice. E que se tornou particularmente dúplice por via da feição ditatorial assumida a partir de 1926. A política colonial implicava a reserva de intenções, a qual raramente foi interpretada de forma acutilante, em parte por o panfletarismo anticolonial permear a análise histórica, tornada dependente da perspetiva finalista afetivamente ligada à resistência dos oprimidos¹⁴. Ainda sobre as reservadas intenções colonialistas, apesar das efetivas mudanças desde os anos 60, e sem prejuízo dos sentimentos de apego à terra e de respeito e estima de europeus por ilhéus, aqueles não terão alijado o sentimento de superioridade racial, que, em obediência às novidades político-ideológicas dos anos 60, calaram até o verem derrotado pelo 25 de abril. Afinal, desde a visita do presidente Craveiro Lopes, as encenações de convivência racial eram enganações. No final do colonialismo, as autoridades fingiam acreditar nos protestos de portuguesismo dos ilhéus, que sabiam ditados pelo medo, comodismo ou alheamento. Por fim, não é demais lembrar como, se entendido como resultante das vivências institucionais, o nacionalismo teve muito de contingente, acabando, ironicamente, tributário da aposta dos roceiros na usura de outros corpos africanos, que não os dos ilhéus, opção que constituiu uma barreira à integração do arquipélago no governo-geral de Angola, que poderia ter tornado a independência muito mais difícil. Por força de décadas de subserviência face à ganância dos roceiros, no espaço público virtualmente

¹¹ Só CEITA concretizou uma alusão passível de ser verificada, ao referir centenas de militantes na Guiné Equatorial, apresentando também um fac-símile de um documento, de 15 de Junho de 1970, que o creditava a ele e a Ohnet como representantes do CLSTP. O documento estava assinado por 113 ilhéus, a que acrescem 47 listados que não assinaram (2012: 152-153 e 485). Nestes dados, a que acrescem explicações sobre a impossibilidade de organizar um grande congresso servem para justificar a ideia de centenas de militantes do CLSTP e, depois, do MLSTP.

¹² A direção do MLSTP pressuporia a existência de militantes... Após o 25 de abril, falar em direção do MLSTP significa presumir que o povo formava o corpo de militantes, reproduzindo-se, tacitamente, uma mentira, porque os são-tomenses não se identificavam necessariamente com o MLSTP. Tal só ocorreu quando essa possibilidade, aberta pelo 25 de abril, se tornou num lema e, depois, numa injunção da Cívica.

¹³ Obviamente, opacidade igual existira durante o colonialismo, que tornou essa opacidade e a desertificação cultural o maior dos seus pecados e, talvez, o de consequências mais danosas para São Tomé e Príncipe (NASCIMENTO, Augusto. *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto: CEAUP, 2007. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads.EB005/pdf>>. Acesso em: 1/12/2013). Porém, cumpre relevar a ação dos dirigentes são-tomenses que, bem ao contrário dos lemas ideológicos invocados, se preocuparam em reforçar os seus poderes.

¹⁴ Por exemplo, considere-se que, afora a resistência dos ilhéus ao emprego nas roças, que também existiu, os roceiros não queriam a mão-de-obra local. Nem as contratações à tarefa no ocaso do colonialismo desmentem esta predisposição fulcral para a condução das roças.

inexistente as conversas corriam à boca pequena. A PIDE sabia quem era quem – pelo que permitia margem de dissensão conforme ao presumido grau de ameaça de subversão, em São Tomé praticamente nulo, e à deferência para com a posição social do opositor – e todos sabiam o que a PIDE podia fazer. E muitos dos que não sabiam, mais medo teriam. Portanto, o lastro de silêncios, opacidades e intenções reservadas resultou, sobretudo, do ambiente de duplicidade ditado pela ditadura com o cortejo de medo de discricionariedades.

Todavia, a independência não libertou os ilhéus dos receios. Desde 1975, a ocultação da memória teve pouco, ou mesmo nada, a ver com óbices ainda resultantes do colonialismo que, interiorizados como constrangimentos ou receios, porventura lhe tenham sobrevivido¹⁵. Derivou, sim, do propósito de ocultação para obviar a um hipotético (na verdade, remotíssimo) interesse dos conterrâneos em escrutinar a história, pouco consonante com os alardeados traços épicos da luta¹⁶. Ora, não interessaria aos ilhéus conhecer as memórias dos seus conterrâneos que arvoraram a bandeira e os ideais da independência? Justamente, durante anos caiu sobre tais histórias um manto de silêncio e de opacidades... a que os cálculos políticos não foram alheios¹⁷.

No tocante à história, a par dos silêncios – tão prejudiciais quanto as deturpações, desde logo por também o serem –, prevalece um regime de verdade composto por convenções inquestionadas (algumas delas elaboradas ou corroboradas por estrangeiros) e que se querem aceites como verdadeiras¹⁸. Entre essas convenções, cite-se a de que Amador lutou pela independência¹⁹, a de que 1953 foi a razão de ser do nacionalismo são-tomense, a da “luta” do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), a da direção do MLSTP e, ainda, a do abandono das roças pelos europeus, o que teria obrigado à nacionalização das roças. Certos raciocínios, logicamente plausíveis, acabam a demandar apriorismos. Cite-se a convenção de que o “povo”, tornado um sujeito histórico, estava em “luta”, uma inferência indevida a partir da impossibilidade de luta armada, impossibilidade pela qual se explica porque é que o “povo”, impedido de lutar, estava, ainda, em “luta”.

No tocante à “luta”, após 12 de julho de 1975, durante anos não se a abordou a não ser em termos codificados e, obviamente, encomiásticos do MLSTP, acreditado como representante do povo são-tomense, cuja liberdade se subsumiu à independência e ao exercício do poder pelo MLSTP supostamente a bem do povo. Do passado, apenas se enfatizava o odioso do colonialismo retrógrado. Já quanto à “luta”, durante décadas não se fizeram perguntas incômodas. O discurso ideológico, enformador do registo histórico, tornou-se um bordão previsível, pouco perscrutador do passado e displicente face à realidade... ou, melhor dito, desincentivador de perguntas.

Exceto no momento de cristação de 1965 – para que não terá contado pouco o suporte que o novo CLSTP encontrou no Gana –, os militantes nunca narraram as incidências da “luta”. Afora subliminares

¹⁵ Ainda que se possa imputar responsabilidades ao colonialismo pelo estíolar da palavra e pela atrofia do pensamento, não será pela repetição de tal denúncia que se removerão os défices criados na era colonial, cuja superação requereria uma vontade política que se tem revelado rala ou mesmo inexistente.

¹⁶ A opacidade, nem sempre anódina, pauta a narrativa que, anos a fio, quase tem soterrado a descrição de múltiplos eventos da recente história arquipelágica. Cite-se a obscuridade em que permanece, por exemplo, a “luta” do MLSTP. Alguns trocaram a narração da “luta” por biografias laudatórias.

¹⁷ Sem juízo acerca das legítimas intenções, não se deixa de registar que as úteis alusões de Guadalupe de Ceita (2012) foram produzidas depois de esvanecidas as hipóteses de alcançar a presidência da República, talvez um indício da valia política do silêncio e da verdade convenientes a cada momento. Carlos Graça escreveu as suas pouco tempo antes da sua morte, depois de ter disputado ingloriamente umas eleições presidenciais. Os que tinham possibilidades de lutar e alcançar o poder, Pinto da Costa e Patrice Trovoada, escreveram ou fizeram escrever biografias laudatórias.

¹⁸ Acerca do regime de verdade enquanto faceta indissociável da supremacia simbólica necessária ao poder, consulte-se MBEMBE 2013: 27.

¹⁹ Arriscaria dizer que já se tratava de um episódio citado e prezado pela juventude, ainda antes do feriado nacional criado a propósito desse vulto da história longínqua do arquipélago. Afora outras questões a respeito da insurgência de Amador contra os senhores de engenho e o aparato colonial, terá de se convir que, ao invés do que amiúde se diz, Amador não lutou pela “independência”. Porém, este anacronismo e a similitude de palavras serviram aos propósitos do MLSTP. Talvez valesse a pena averiguar seria de saber se a exaltante narrativa da insurgência não se terá revelado propícia a versão racializadora, monolítica e avessa às condições de emancipação dos indivíduos após a independência. AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos, v.01, n.01, p. 66 – 84, out.2018/março.2019

acusações de carácter, depois resolvidas com pactos (também forçados pela insularidade?), uma vez alcançada a independência pareceu não restar nada para relatar acerca da “luta”, qual património simbólico a preservar intocado. Durante anos, a maioria dos independentistas calou o passado²⁰.

Se adotássemos uma pergunta de controlo, por exemplo, acerca do percurso de cada um dos dirigentes na “luta” e acerca do que dela retirou para a prática política, teríamos provavelmente respostas que conflituariam com a ideia da “luta” como o esteio da independência. Certamente nem por recurso à “dialética” – outra designação para a vénia a uma narrativa feita de palavras convenientes – se conseguiria confirmar uma “luta” “qualitativamente diferente” da soma dos percursos individuais.

Em termos especulativos, alvitrar-se-á que os são-tomenses não contestarão a ideia da “luta”, porquanto, apesar dos consabidos equívocos, ela aparece afetivamente ligada à independência. Ora, de uma perspetiva analítica, a “luta” não tem de estar ligada à independência. Claro que isto torna o nacionalismo são-tomense algo de contingente ou produto de ‘um efeito de arrasto’ – predito por Salustino da Graça e reafirmado por Tomás Medeiros, a quem alguns acusarão de ressentimento –, mas não é a invocação destas circunstâncias que diminui a importância histórica da independência, diminuída, sim, pela negação na prática do projeto político a ela associado.

Ainda que certas asserções – por exemplo, a de a morte de 1032 pessoas em 1953 mostrar que só pela organização o povo poderia atingir os seus anseios, a independência total²¹ – parecessem plausíveis à luz da verdade da conjuntura, tais asserções não tiveram comprovação, desde logo por serem inexatas. Mas, à época, o justificado ressentimento anticolonial pagava a compra de uma mentira, de que muitos ilhéus deviam estar cientes mas em que consentiam por força da imperiosa política dos novos mandantes, que se apresentavam redimidos do pecado original do convívio com o colono. Entre as consequências não previstas da aceitação de verdades mentirosas, estavam as sufocantes políticas do regime pós-independência que buscavam alento moral na reinventada luta contra o neocolonialismo e o neoimperialismo. Poucos anos depois da independência, era por demais evidente que as narrações acerca dos factos de 1953 destoavam da perceção local e, sobretudo, do sentimento do comum dos são-tomenses (que não, evidentemente, dos que sofreram e que não foram objeto de reparação) relativamente a indivíduos identificáveis como herdeiros dos vituperados algozes colonialistas.

Há cerca de 40 anos, qual réplica do fabrico das mentiras do tempo colonial e produto da sobrançeria amparada pela ditadura do partido único e pela entronização dos feitos históricos, a desvalorização das omissões e das inexatidões não terá criado (ou, pelo menos, vincado) um padrão... que se perpetuou até hoje?²²

Com efeito, estas mitificações, que, apesar de reiteradas, não resistem ao escrutínio histórico minimamente rigoroso, são menos relevantes do que as suas danosas consequências. A prática dos silêncios e das distorções relativas à história recente deslocou-se para a abordagem da disruptiva evolução da situação política nos anos, repise-se, também por causa dos silêncios em que atores e parte da sociedade convieram, questão a que voltaremos.

Silêncio e opacidades acerca da ‘luta’ e da Cívica

Embora não reconhecidamente, a política prevalece sobre a produção e o debate científicos que até hoje carecem de hábito e, sobretudo, de um amparo institucional fortalecedor da sua independência.

²⁰ O mesmo sucedeu para factos ocorridos já após a independência, por exemplo, as sucessivas deserções. Carlos Graça narrou-me a dissimulação, o receio da desconfiança e o alívio quando obteve a permissão de Pinto da Costa para efetuar a viagem que lhe permitiria fugir à opressão do regime de que era dirigente (*testemunho pessoal*), um desiderato fora do alcance de muitos ilhéus. De quantas histórias de duplicidade não se comporá a história do arquipélago?

²¹ Cf. CRUZ Carlos Benigno, *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Lisboa: Moraes Editores, 1975, p. 25.

²² As consequências indesejadas das inexatidões históricas não foram imediatas, sobrevieram quando se tornaram irremediáveis perante o assentar arraiais de uma “revolução” a breve trecho desgastante. Tais foram as consequências de uma versão histórica errónea banalizada por conveniente.

Logo, dirigentes e demais influentes persistem em tentar delimitar o terreno do que deve, ou não, ser dito acerca da história em que intervieram e, por arrasto, da condução política.

Relembre-se o caso da Associação Cívica Pró-MLSTP (Cívica), ator crucial de uma certa independência do arquipélago. O 25 de Abril surpreendeu o MLSTP que, sem eco relevante nas ilhas, de pronto procurou o reconhecimento dos novos governantes de Lisboa para aceder ao poder na base do reconhecimento internacional já granjeado, mormente na OUA. Por princípio, afora o desconhecimento de algumas delas do que fosse o MLSTP, as novas autoridades de Lisboa não tinham por que recusar a independência, o que não equivalia a entregar o poder ao MLSTP, ainda que tal tenha vindo a suceder. Foi por sugestão de um governante português que, a partir de meados de 1974, se criou em São Tomé a Cívica, animada por estudantes que, por meio da agitação política, trataram de pugnar pela independência preconizada pelo MLSTP. Estes jovens, resultado da escolarização do ocaso do colonialismo e da renovação de costumes dos anos 60, estudavam nas universidades de Portugal, onde, à época, pontificavam os marxismos-leninismos. Após o 25 de Abril, os jovens contestariam o imobilismo social e advogariam a independência, como se disse, uma ideia até então sem eco significativo nas ilhas.

Despoletado pelas possibilidades franqueadas pelo 25 de Abril, o sentimento nacionalista tornou-se então imparável. Porém, reconhecer o imparável do sentimento nacionalista também obriga a considerar, não o curso dos lemas em abstrato, mas igualmente a carga emocional ditada tanto pela empatia da mensagem da independência quanto pelo que esta mensagem poderia conter de forçoso e de coação²³. Em condições políticas assaz singulares, a ação dos jovens cívicos transformou a possibilidade de decisão política dos ilhéus sobre o futuro num imperativo de uma independência que trazia no bojo uma ditadura.

Os jovens dispuseram-se a uma “luta” antecipadamente ganha, atentas a atitude demissionária e politicamente solidária das novas autoridades lusas – às quais, para ganho de causa, os jovens cívicos insistiram em apodar de coloniais, apesar de as autoridades militares portuguesas terem desamparado os colonos ao enjeitarem as suas demandas de uma ação musculada – e a impreparação política do grosso dos ilhéus. Os cívicos não ignorariam a aversão dos conterrâneos a desígnios de cariz comunizante, que eles, arvorando a meta de independência, mascararam com exaltantes, conquanto vagas, propostas de cariz revolucionário referentes à igualdade entre todos. Cerceando a expressão de opiniões adversas, podiam falar em nome do “povo” – uma abstração conveniente –, traçando uma fronteira entre este “povo” e os presuntivos inimigos apodados de reacionários. Noutros termos, em nome do “povo”, moveram um combate contra parte dos ilhéus e não só contra alguns renegados. Compreendendo embora que os ex-cívicos hoje expliquem a agitação política encetada em meados de 1974 como fulcral para dissipar o temor dos até aí colonizados, cumpre contrapor que essa agitação também se destinou a impor a sua opção política pelo medo, sendo, aliás, significativo o paternalismo dos então revolucionários: “Sim, agitamos, mobilizamos e enquadrámos toda a população para exigir a *Totale*”.

Não deixa de ser sintomática a aceitação acrítica da tese da inexistência de garantias quanto às intenções dos governantes portugueses – como se tal pudesse ser uma questão para um líder revolucionário num momento como o do pós-25 de abril²⁴ –, levando o MLSTP a entregar a agitação, com a sua atrativa

Hoje, por força do moralismo primário inferido da história aprendida, os deserdados jovens são-tomenses identificar-se-ão mais com o mitificado Amador do que os seus progenitores que levaram o país até à independência. Porventura, prezarão a imagem de Amador, quiçá pela imaginada violência da revolta, solução apressadamente julgada apropriada para a mudança e a regeneração política e social.

²³ Como exemplo de uma hipótese silenciada porque aprioristicamente tida por inaceitável, por que não supor que foi o medo ou a resignação a pautar a escolha ou, melhor dito, a anuência (mais ou menos passiva e conformada) de são-tomenses? E não se aceitará que os são-tomenses pudessem ter escolhido uma outra solução política? Provavelmente só para uma minoria a independência seria algo de previsível e, concretamente, a independência da Cívica e do MLSTP seria algo de impensável e de inconcebível.

²⁴ A comparação afigurar-se-á até inapropriada, tal a diferença de perspectivas. Mas vale a pena lembrar o quanto a “rendição” de Xanana Gusmão aos indonésios criou um problema a um regime que poucos ousavam contestar. Seria porventura concebível que as autoridades coloniais demissionárias, que tinham convidado os dirigentes do MLSTP a regressar às ilhas, quisessem ou sequer estivessem em condições de armar um engodo para sequestrar ou atentar contra a vida dos dirigentes do MLSTP?

AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos, v.01, n.01, p. 66 – 84, out.2018/março.2019

componente lúdica da afronta à autoridade tornada permissiva, aos jovens. A decisão de não ir para as ilhas prendia-se com o silêncio em torno de propostas políticas que os do MLSTP queriam ocultadas.

Em São Tomé, fiada no facto de ter ganho celeremente as ruas e neutralizado a conservadora e, mais relevante, a politicamente ingénua e inepta Frente Popular Livre (FPL), a Cívica ignorou o crescendo da desafeição da população face ao permanente sobressalto quotidiano, ademais ocioso após o acordo de Argel sobre a transição para a independência. A Cívica tomou o medo e o conformismo pela anuência aos seus propósitos revolucionários. Muitos ilhéus, calados e incapazes de reagir, dispuseram-se, porém, a ombrear com quem se erguesse com êxito contra as diatribes da Cívica²⁵. Uma destas respeitaria à tropa nativa, que, subordinada ao comando português, os cívicos quiseram dismantelar. Este lance revelar-se-ia decisivo no acesso ao poder.

Na segunda metade de 1974, os jovens são-tomenses retiravam gratificação das exaltantes ações de rua da Cívica, as quais supostamente emulavam e prolongavam a “luta” do MLSTP, curiosamente, uma “luta” presumida a partir dessa (imaginada) emulação. Outra parte dos ilhéus, com mais mundo e vida, mais conservadora, sentiu-se acossada pelas ações de rua. Na verdade, ainda que não pudesse ser dito nem sequer claramente pensado e antevisto, parte dos são-tomenses terão intuído que a “luta” era contra eles ou, melhor dito, pela instauração de um regime comunizante, que a derrota do colonialismo e a conjuntura internacional validavam. Manietados pela verdade do tempo, pela inexperiência e pelo medo, nunca interpelaram os elementos do MLSTP a quem, dado o reconhecimento internacional, o poder colonial demissionário, ele mesmo numa deriva socializante, queria entregar o poder. Receosos, os ilhéus tinham de (fingir) comprar pelo valor facial as palavras dos elementos do MLSTP acerca da igualdade e da libertação do povo, desígnios que passavam pelo desenho de uma fronteira interna entre quem aceitava e aderira ao MLSTP, integrando o “povo”, e quem, apartando-se de tais ideias, se tornava renegado e cúmplice do neocolonialismo atentatório da liberdade do “povo”.

Subitamente, desenhou-se uma luta calada pelo poder. Os cívicos não o disputavam ao MLSTP, mas, imprevisivelmente, a conquista de posições e de ascendente dos jovens cívicos seria interpretada pelos do MLSTP como uma disputa de poder. Esta disputa decidiu-se, algo ironicamente, em razão do afrontamento da Cívica ao alto-comissário Pires Veloso, apostado numa transição para a independência sem convulsões nem derramamento de sangue. Ante a possibilidade de ficar desprovido de força, Pires Veloso ameaçou com o abandono precoce da colónia pelos portugueses. Perante este *bluff*, o receio que se apossou dos ministros do MLSTP no governo de transição indicia o seu débil traquejo político e a sua parca ligação à terra, entrementes dividida entre os mais conservadores que, paralisados, viam riscos na deriva independentista e a quererem pautada pela cautela e honradez e os que, apaixonadamente, olhavam o jovem Filinto Costa Alegre e demais cívicos como modelos e ídolos.

O desarrazoado confronto da Cívica com o alto-comissário acabou num lance com piruetas de tragicomédia. Uma delas foi a de Pinto da Costa, obrigado a abdicar da condição de mito e de herói salvífico que deveria voltar à terra na hora da independência redentora: se antecipou a chegada para alegadamente confrontar o alto-comissário²⁶, teve de constatar que este lhe estava a oferecer o poder posto em perigo pelo acúmulo de críspação contra a Cívica, críspação tão mais notória quanto encontrara quem não a temia. Outra pirueta foi o comício de 19 de março, em que o líder da Cívica, ídolo da juventude, foi humilhado pelo “povo” na rua, cenário onde até então a Cívica não conhecera a derrota. O MLSTP desautorizou a Cívica e, ato contínuo, dissolveu-a.

²⁵ As interpretações laudatórias da Cívica não explicam como foi possível falhar-lhes o apoio popular em março de 1975, na rua, onde só tinham averbado vitórias. Poderão dizer que houve complô, no que não estarão errados. Mas é como é que se teceu o complô e como é que se recompuseram as lealdades entre ex-cívicos e os do MLSTP que em março de 1975 os escorraçaram de São Tomé?

²⁶ A 14 de março, o MLSTP secundou incondicionalmente a Cívica. Dias depois, ao regressar à ilha, Pinto da Costa queria confrontar o alto-comissário com o facto de o processo não estar a ser democrático. Se assim era, houve uma mudança radical de opinião. Porém, recordando a palavra “firmeza” ouvida a Miguel Trovoada, Ceita alvitra a hipótese de que em Libreville já se decidira eliminar a Cívica (cf. CEITA 2012: 278) Realce-se que, durante anos nunca se abordou quem foi quem nestes dias.

Num certo sentido, em contraponto ao receio que o MLSTP tinha do conservadorismo dos ilhéus, foi a Cívica que, pela voluntariosa agitação política e social, abriu caminho à aceitação do MLSTP e do seu encapotado intento revolucionário. Porém, por os jovens da Cívica terem feito perigar a sua assunção ao poder, os do MLSTP não se mostraram compassivos. Note-se, ao invés de memórias dos cívicos, se as suas vidas estiveram em risco, foi, não no período de afrontamento de Pires Veloso, mas após o 19 de março de 1975, ainda assim, sem se descartar o que a ameaça conteria de incosequência ou de coreografia. Fosse como fosse, o medo falou alto. Na sequência do comício e de inventonas de atentados, imputados aos jovens cívicos, estes foram expedita e arbitrariamente expulsos²⁷ ou saíram aconselhados pelo medo, antes inculcado por eles nos seus conterrâneos. Enquanto não se mostraram acomodaticios não se lhes permitiu o regresso, que foi sendo informalmente negociado ou tolerado casuisticamente até à mudança política de 1990. Com efeito, após um período de aferição da sua lealdade aos dirigentes do MLSTP, alguns dos jovens da Cívica voltariam ao arquipélago para a assunção de cargos de poder, menos focados na concretização dos lemas ideológicos do que na ideia de servir a chefia do MLSTP – assente na inculcação do medo e na exuberante reverberação ideológica – e, obviamente, de desfrutar da proeminência social que o regime de partido único conferia.

Os cívicos não foram os maiores perdedores. Sem diminuir o valor da emancipação do colonialismo para aqueles que sentiam a soberania colonial como tal, os perdedores com o empobrecimento, a corrosão das instituições e o crescendo do medo e da desconfiança sobrevivendo após a independência foram os ilhéus e mais africanos de uma forma ou de outra forçados a quedar-se pelas ilhas e privados de liberdades individuais que, ao jeito da época, os jovens agitadores da Cívica tinham trocado pela libertação do “povo”, a qual os alcançaria à proeminência política e social.

As escassas memórias partilhadas permanecem truncadas²⁸ e turvas devido à incapacidade ou à pouca vontade de lembrar as responsabilidades na injustiça de março de 1975²⁹, injustiça derivada da ambição de poder, de resto, também comum aos da Cívica. Diga-se, as memórias são fragmentárias e, não raro, confusas por causa da incapacidade de chamar farsantes aos autores da inopinada traição aos ideais revolucionários, a cujo poder, como se disse, alguns cívicos se renderiam, sendo cooptados para cargos de privilégio e de responsabilidade na vigência do regime de partido único. Esta é outra razão para as memórias serem turvas, imprecisas e até implausíveis.

Já nos anos 90, após a adoção da democracia representativa, aludiu-se à “farsa” da tropa nativa, caracterização de que não se destrinça claramente o significado. A menção à “farsa” não imputa qualquer responsabilidade aos elementos do MLSTP, nem impele a qualquer juízo sobre a contradição ética e política dos atores ou a um qualquer enunciado sobre as dificuldades de falar, tão aberta e objetivamente quanto possível, do passado. Etiquetar eventos com palavras panfletárias, como “farsa”, ou tecer analogias de sentido obscuro, como a estabelecida entre o episódio de 1975 e o golpe de 1995³⁰, afigura-se pouco esclarecedor. Porventura, quem fala de “farsa” – um dos derrotados em Março de 1975 e um político com responsabilidades no regime de partido único³¹ – procuraria forjar uma posição de superioridade ética ao caracterizar vagamente os factos históricos e, de caminho, como uma “farsa” a política na sua terra.

²⁷ Carlos Graça defendeu que os cívicos não foram expulsos... mas seria precisa uma ordem formal de expulsão? Quem não teria medo naquelas voláteis circunstâncias políticas?

²⁸ “Se contasse em detalhe as peripécias por que passei de 21 de Dezembro a 17 de Março em luta com a Associação Cívica, umas vezes frontalmente outras minando-a secretamente e preparando a sua eliminação política, escreveria dezenas de páginas provavelmente sem interesse histórico e certamente monótonas.” (GRAÇA, Carlos, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa: UNEAS, 2011, p. 83-84). Provavelmente, não!, retorquiria o historiador ao autor se ele fosse vivo. É certo, nenhum testemunho replicará a história, mas não será arriscado dizer que muito de importante ficou por contar ...

²⁹ Tal como o regime colonial quisera fazer esquecer os desmandos de 1953. Neste caso, ainda condecorou e promoveu ex-prisioneiros à ordem de Gorgulho. No caso da Cívica, à medida que iam aceitando o MLSTP, foi permitido aos jovens da Cívica retornar ao país para integrar o grupo no poder.

³⁰ Primeiro golpe militar no regime democrático, intentado contra Miguel Trovoada, que seria revertido ao fim de alguns dias por força da intervenção diplomática da comunidade internacional.

³¹ FERNANDES, Manuel Vaz Afonso, *Os imbróglis das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991*. Coimbra: Universidade de Coimbra, s.d., p. 47 e ss.

Após anos de silêncio imposto pelo conveniente esborratar da memória dos litígios e de decantação de uma versão superficial e apaziguada da história, condizente com o indisputado poder do MLSTP, a reabilitação da Cívica começou a fazer-se recentemente³². Numa rememoração a propósito do quadragésimo ano da independência³³, avultou a queixa sobre a conspiração do silêncio em torno da Cívica.

De facto, durante anos, entre os são-tomenses, assim como raramente se aludiu aos episódios da militância pela independência fora do arquipélago, também apenas se falava fugazmente da transição de 1974-1975, mais mencionada do que descrita. Tal não brotou de uma conspiração do silêncio, antes decorria do silêncio que sucessivos dirigentes e o comum dos atores acharam por bem fazer observar a respeito de quase toda a história do arquipélago. Sublinhe-se, o silêncio e a opacidade – e a consequente mistificação dos eventos – são a nota dominante no tocante à história recente de São Tomé e Príncipe, incluindo a “luta” e, num certo sentido, toda a governação.

O silêncio perpetua-se, não por ato conspirativo, mas por nunca se debaterem aprofundada e consequentemente as várias vertentes e as implicações políticas das atuações desde 1974-1975. Mais do que resultado de uma conspiração, talvez o silêncio vingue em razão do desinteresse social pelo palavreado permanentemente enviesado dos que ostentam a sua proeminência ou aparecem aparentados aos do poder.

Ultimamente, têm-se reconhecido os erros do passado³⁴, mas não se os detalha, certamente porque tal suscitaria a questão da autoria e, sobretudo, da intencionalidade não isenta de consequências, certamente impensadas, mas danosas para muitos ilhéus e para outros africanos. Ao invés, espera-se que por enleio das palavras conciliatórias se esqueça o que se passou e se rememore apenas a intenção de independência, que, fosse como fosse, incluía um desígnio de poder de uns em desfavor ou mesmo contra outros.

Significativamente, numa recente evocação da Cívica, os erros foram aprioristicamente auto-indultados porque englobados na categoria do inevitável “pecado original”. Além de imprestável para o conhecimento histórico, a assunção de que “todos cometemos erros...” é, sobretudo, uma forma de os silenciar, a pretexto, por exemplo, do voluntarismo fogoso da juventude. Assim se evita ter de reconhecer a autoria do maior dos erros, o político – não houve escolha e esta não tinha de ser entre colonialismo e regime de partido único –, de consequências danosas para os ilhéus. Também é de notar que, contra eventuais libelos, se riposte com a ameaça de arrolar os erros de qualquer acusador. Com efeito, não deixa de ser curioso o convite a que todos se calem sob pena de se revelarem os dos eventuais acusadores – tal a noção que acompanha a proposta de pacificação do discurso sobre a Cívica –, qual réplica de uma propensão autoritária que leva a reincidir na desqualificação da pertença são-tomense de quem não perfilha a verdade reafirmada pelos que se sentem investidos de alguma proeminência. Com efeito, acrescentou-se que “houve gente que repudiou a Cívica mas todos sabemos porquê e em que circunstâncias”. A não especificação das ditas circunstâncias equivale à reiterada depreciação de outras visões políticas para as ilhas, cuja legitimidade, a avaliar pela sobranceira condescendência feita de silêncio ameaçador, ainda se parece recusar.

O autor fala da “farsa” vivida nos conturbados meses antes à independência. Dada a impossível, porque ilógica, inculpação do alto-comissário, tal abordagem não pode dirigir-se senão aos que triunfaram, os do MLSTP. Porém, o autor foi, ao menos nominalmente, um alto responsável no regime criado pelos que foram responsáveis pelo desenlace do que apoda de “farsa”. Este aparente desacerto passa em claro...

³² Vejam-se o testemunho cru e interpelativo de Gastão Torres e o mais laudatório de Filinto Costa Alegre (<https://www.telanon.info/politica/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/> e <https://www.telanon.info/suplemento/entrevista/2010/07/12/4740/associacao-civica-movimento-de-libertacao/>, acesso: 21 de janeiro de 2018).

³³ Consulte-se Carlos Tiny, “O papel da Associação Cívica Pro-MLSTP na luta pela independência” in <http://www.telanon.info/destaques/2015/07/14/19652/o-papel-da-associacao-civica-pro-mlstp-na-luta-pela-independencia/>, acesso: 14 de Julho de 2015).

³⁴ Já para Gastão Torres, a excessiva dramatização de certos atos menos ortodoxos, mas não violentos de elementos da Cívica, orquestrada por pseudo-anti-colonialistas e por colaboracionistas, tem como único fito descredibilizar a Cívica por lhes frustrado os intentos, cf. <http://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/>, acesso: 8 de Julho de 2012.

Ao mesmo tempo que se alude depreciativamente aos adversários, algo contraditoriamente, refere-se uma adesão total à ideia da independência, o que constitui uma inverdade, maior ainda se referida à adesão a uma independência revolucionária. Acrescente-se, aliás, que nem a unanimidade tornaria a proposta política dos cívicos a melhor solução. Aliás, anos depois, em conversas informais, alguns dirigentes do MLSTP vieram dizer à boca pequena que a razão estava com a FPL, cujas propostas políticas teriam sido eventualmente mais adequadas³⁵.

Portanto, para além da questão ética – até hoje, nunca se fez reparação alguma às vítimas do pós-independência –, a prevalência dos juízos calados e politicamente convenientes levanta a questão da influência dos silêncios e das opacidades na marginalização dos debates e das opiniões críticas informadas sobre a condução do poder e a governação da sociedade. Dir-se-ia que, após anos de democratização já não se deslizará para a atitude preconceituosa de etiquetar quem não partilhava das ideias da Cívica de são-tomenses não verdadeiros. Todavia, *mutatis mutandis*, a problemática prática ética e política de traçar clivagens onde elas não existiam não só subsistiu como se acentuou nos derradeiros anos.

Retornando à história, favorece-se o silêncio com o contumaz recurso às meias-palavras. Por exemplo, prescinde-se de dizer por ordem de quem a Cívica foi extinta – porque seria um absurdo e um menoscabo imputá-la a Pires Veloso –, passando-se em claro que a extinção foi uma decisão arbitrária daqueles por quem a Cívica empenhadamente lutara e que, em tom ameaçador, a suportaram até ao dia 14 de março. Ao invés de ditada no comício de 19 de março, a extinção não deveria ter sido um ato dos próprios³⁶ e não de mandantes sem legitimidade para um ato discricionário e, ao tempo, decerto apodado pelos jovens cívicos de reacionário e contra o “povo”. Assim, perguntar-se-á, como preservar a memória e escrever a história num meio onde prevalece o não dito?

Os silêncios permitem versões revisionistas (com as quais, porventura, os autores se pretendem desresponsabilizar de discricionariedades) sem contradita. Para Carlos Graça, Gastão Torres e os jovens da Cívica abandonaram o país, um “abandono ‘voluntário’ visto que nem o MSLTP nem o Governo formalizaram ordem de expulsão...”³⁷. Ora, a violência mais intimidatória é a violência de que não se fala. Substituta de palavras, a gestualidade (simulacro de uma decapitação) no testemunho de José Fret³⁸ é assaz elucidativa, indiciando, não necessariamente tal consequência, mas o súbito grau de animosidade entre o MLSTP e a Cívica. A animosidade não se fundava em visões opostas, mas na percepção dos cívicos como empecilhos no acesso ao poder. Logo, num contexto político volátil, tal animosidade podia descambar na violência de que, embora se os calasse para não repetir o palavreado dos colonialistas, se sabia abundarem os exemplos em África. Os cívicos perceberam qual era o seu caminho.

Por fim, porque é que os cívicos tinham de se render? Por perigar a sua vida, alegar-se-á. Mas porque é que vários se vieram a sujeitar ao poder que os expulsara³⁹? É certo, as respostas comporiam uma história menos perfeita e menos apropriada para a exaltação nacionalista em nome da qual se demandaram sacrifícios indesejados e inúteis a muitos ilhéus...

No mesmo testemunho celebrativo em que se sustenta ter-se assistido à tergiversação e à manipulação da realidade⁴⁰ – que deveria ser assacada aos que usaram para com jovens cívicos de

³⁵ *Testemunho pessoal*. Existisse a possibilidade de outra moldura política – a de uma independência firmada sobre a democracia representativa – e muitos são-tomenses votariam nela (este raciocínio não tem senão o interesse da relativização dos sentimentos políticos). Relembria que foi a possibilidade de independência que fez com que do nada – ou, se se quiser do ressentimento por décadas de derrogação da cidadania – irrompesse o desejo de independência, menos atido a uma irreduzível personalidade cultural do que às circunstâncias do momento. Tal não invalida o sentimento de ligação à terra.

³⁶ A dissolução da FPL foi um ato inepto, de quem não tinha experiência política e se reconheceu sem forças para contrariar um destino inelutável. Mas, ainda que inepta, precipitada e sem respaldo dos militantes, a decisão de dissolução da FPL foi comunicada por Maria do Carmo Neto, dirigente da FPL.

³⁷ Ver GRAÇA, Carlos, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa: UNEAS, 2011, p. 87.

³⁸ Moniz e Medeiros, 2015, *São Tomé e Príncipe: Retalhos de uma História*, documentário.

³⁹ Ao tempo em que alguns cívicos aceitaram servir o MLSTP, obtendo posições de poder, assistiu-se a perseguições injustificadas a quem esteve com o MLSTP contra a Cívica, caso de Albertino Neto.

⁴⁰ Ademais, se a conspiração de silêncio tem algo de danoso – porque a responsabilidade do silêncio só pode ser assacada aos atores de alguma forma ligados ao MLSTP, entre os quais também parte dos injustiçados –, de há muito AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos, v.01, n.01, p. 66 – 84, out.2018/março.2019

arbitrariedade injusta –, reconstrói-se a realidade passada, evocando-a envolta numa intenção pacificadora (conquanto historicamente duvidosa), a de que todos contribuíram, desde a direção do MLSTP ao humilde trabalhador, para a libertação do país⁴¹... Ora, nem em virtude deste enunciado, de que “todos participaram”, se deixa de excluir os que, pressentindo-a, estavam contra a ditadura que se seguiria ou que, não deixando de ser são-tomenses, julgavam mais adequada outra moldura jurídica para a identidade são-tomense (e mesmo que não o fosse, ou quando fosse irrealizável por força do contexto político, a verdade é que, ao invés de escolha, se impôs uma solução política, facto que as alusões ao povo e a turbulência social não bastam para mascarar).

Não se pode denunciar uma hipotética conspiração de silêncio e, simultaneamente, querer “pacificar” pela imposição, mesmo se velada, de uma “verdade” única, a saber, a de que “todos juntos nos batemos pela independência”. Esta seria uma história perfeita, não fosse a circunstância de a ação da Cívica ter ajudado a conduzir o país à independência e, simultaneamente, a uma ditadura, de que um dos embriões foi a decisão dos dirigentes do MLSTP, suportados pelo alto-comissário, de silenciamento dos jovens cívicos, o mesmo silenciamento a que estes já tinham obrigado parte dos seus conterrâneos. Diga-se, esse silenciamento ordenado em março de 1975, à época tido como sinónimo de apaziguamento e de consenso, redundaria numa alameda para o poder do MLSTP e para posteriores perseguições discricionárias *ad hominem*.

Em última instância, pretende-se fazer vingar uma versão da história resumida à oposição dos ilhéus ao colono, apagando os litígios entre os ilhéus e as posteriores opções políticas avessas à cartilha revolucionária, mormente, qualquer veleidade de democracia representativa. Na realidade, evoluiu-se para uma ditadura sobre o dito “povo”, com a qual alguns jovens cívicos se mostraram colaboradores por, afinal, ser este o seu projeto, impensadamente, ou não, assaz distante da proclamada igualdade. Alheios ao romantismo da volição revolucionária própria da conjuntura, de então para cá quantas vezes os da *rua* não terão ressentidamente constatado que, ao invés deles, os *políticos*, entre os quais alguns *cívicos*, vivem bem...⁴².

Em suma, a par de uma leitura redutora da história, avulta uma proposta de pacificação em torno da luta pela libertação que se diz ter sido perfilhada por pessoas de todas as condições – o que é uma mistificação de que, de resto, a memória da Cívica não careceria, senão para concitar um reconhecimento que, diga-se, uns não lhe tributarão dado o lastro de sofrimento por causa de “erros” até hoje calados, como outros não lhe regatearão por isso ser politicamente vazio de consequências. Muitos outros viverão na ignorância do papel da Cívica e do muito mais de que se teceu a história do arquipélago.

Apesar de a história recente de São Tomé e Príncipe parecer linear, podendo ser carreada a experiência de vida de muitos ilhéus, o exemplo da invocação da Cívica indicia a incapacidade de falar do que se passou há 40 anos e ilustra como, ao menos publicamente, ainda se conhece a história pela rama. Afigura-se incompreensível continuar a tomar por indisputáveis as justificações dos propósitos da Cívica e do MLSTP, que, convenha-se, conteriam tanto de generosidade quanto de ambição de poder, entendido, por exemplo, como ascendência sobre os seus conterrâneos e, na circunstância, sobre os trabalhadores das roças. Ao tempo, para os jovens, este poder era mais gratificante do que o dinheiro, asserção que não pode deixar de

que se arredaram os constrangimentos políticos que obstavam a que se rompesse esse silêncio, que respeita igualmente a outros factos, entre eles, as prisões nos tempo do partido único, cujos danos nas vidas pessoais sobrelevam as boas intenções políticas dos jovens cívicos.

⁴¹ Curiosamente, trata-se de termos muito próximos dos do discurso com que, a 19 de março de 1975, Pinto da Costa inopinadamente mudou a sua posição e justificou o banimento da Cívica.

⁴² Os jovens de hoje parecem querer alhear-se da história, que lhes aparece como uma espécie de refúgio moral ou de crédito político dos *políticos*, que eles pagam com a pobreza da sua vida sem esperança... Embora não se possa ser assertivo, não custa perceber a troca do conhecimento pelo juízo condenatório dos fundadores da independência (ainda que não se chegue à enunciação de que eles a fizeram apenas para seu próprio proveito). Nunca ouvi tal processo de intenções, mas a visão da *rua* enfundada pelo moralismo primário, que não abre espaço para as *nuances*, não tem a menor das complacências para com os *políticos*, em que em momentos diferentes, e numa (só aparentemente desconcertante) disparidade de juízos, não se foram incluídos nem Fradique de Menezes nem Patrice Trovoada.

ser sopesada na avaliação dos discursos, intuítos e motivações dos atores na época. Afinal, o ponto de partida da defesa dessa entidade abstrata, o dito “povo” era o da sobrançeria ideológica, a partir do qual se encaravam como retrógrados e obscurantistas os sentimentos dos conterrâneos que compunham o “povo”.

A ex-cívicos, a reivindicação de nobres sentimentos políticos parece bastar, com o que se ignora a ponderação de que não são as vitórias que determinam a nobreza dos propósitos e de que outras fórmulas políticas não iam necessariamente contra o sentimento da maioria dos são-tomenses, que foi feito pelas circunstâncias, pela apregoada “boa nova” da independência, nalguns casos metamorfoseada em coação, de acordo com a cartilha da “luta de classes”...

Repise-se, a incapacidade de se questionar factos marcantes ou asserções convenientes conduz a uma vulgata para-histórica ou a um registo de conveniência, que arreda ou estiola o saber histórico. Com efeito, durante anos o discurso histórico foi tão manipulado⁴³ quanto já o fora em diversas circunstâncias no passado colonial. Hoje, uma das consequências dessa manipulação não será a profusão de discursos erráticos e incongruentes acerca da evolução política em São Tomé e Príncipe, só atendíveis porque enunciados por mandantes?

Tal vai de par com a percepção da incapacidade de alterar o curso da história que, na sua crueza, se aparta da narrativa harmoniosa e que, a cada dia que passa, se afigura ininteligível, porquanto na história vivida pelos são-tomenses se inscrevem mudanças que, tornando irreconhecível a sociedade em poucos anos, tornam também risíveis peripécias passadas e, ainda mais, as adjetivações que, ao invés de as explicar, as obscurecem. Para já não falar da deriva autoritária, gizada, materializada e apoiada, entre outros, por quem em tempos não muito distantes alegadamente sofreu com a ditadura pós-independência.

Mais do que reescrever, rasurar a história ... e ignorar os danos

As dinâmicas de convulsão política e social não estão nas mãos dos sujeitos. Também por isso, mesmo que se queira indagar acerca dos excessos próprios dos anos 70, não caberá tecer um juízo a posteriori sobre as pessoas, ainda que, por força da falta de tradição de um escrutínio analítico, a confusão entre saber e juízo⁴⁴ se torne amiúde inevitável. Importa, sim, narrar e avaliar as consequências da turbulência política de 1974-1975, por exemplo, para o comum dos são-tomenses, consequências não

⁴³ Tal manipulação começou antes da independência. A ser verdadeiro, um episódio é significativo do esboçado regime de verdade: já ministro do governo de transição, na presença do alto-comissário Pires Veloso, Carlos Graça proferiu um discurso acerca dos défices nos domínios cultural e social em que arrasava o legado do colonialismo. Ciente das inverdades proferidas por conveniência política, no final terá dito para o alto-comissário algo como *desculpe, mas até à independência vai ser assim (testemunho pessoal)*. Carlos Graça era um erudito que, todavia, sucumbia à conveniência das palavras panfletárias para forjar um ónus do colonialismo, como se este não estivesse mais do que vituperado e, ademais, com o destino traçado. Na verdade, o ódio ao colonialismo servia para fomentar a adesão ao novo poder, do MLSTP, acerca de cujos contornos futuros, afinal, Carlos Graça pouco poderia asseverar, como o provaria a sua saída para o exílio.

⁴⁴ Não raro, o juízo tem menos a ver com a avaliação ponderada da acção e, bem assim, do seu contexto, do que com a proximidade e, politicamente mais relevante, com o (des)alinhamento do mandante...

esumíveis à libertação do território da tutela colonial e à assunção do Estado independente⁴⁵, cabendo, aliás, salientar a historicamente decisiva substituição da ditadura colonial por outra ditadura⁴⁶.

Obviamente, o manto de silêncio e de opacidades sobre a “luta” e sobre a Cívica abateu-se também sobre o pós-12 de julho de 1975, processo com consequências até hoje. No tocante à evolução política, para que os juízos (mesmo que infundados) acerca da conduta dos indivíduos são cruciais, como se pode defender e fazer profissões de fé na democracia e continuar a ignorar o facto de não se o ter sido em 1975 e nos anos seguintes? Dada a (inquestionada) injunção por cada conjuntura das suas verdades, agora não mais perenes, não sobrevém um antagonismo insanável entre as duas circunstâncias, a de revolucionário em 1975 e a de democrata desde 1990 ou pouco antes (asserção não aplicável apenas a Pinto da Costa). Porém, como continuar a fantasiar, mesmo invocando boas intenções, sobre o que se passou em 1974-1975, a silenciar as opções que não triunfaram e, ainda, a calar o posterior enriquecimento dos que proclamavam a igualdade, para mais ao mesmo tempo que provocavam a ruína do débil aparato económico da era colonial?

Durante anos, de 1990 até à governação de Patrice Trovoada desde 2014, a liberdade de expressão imperou no arquipélago. Porém, tendencialmente cingida à ironia sarcástica ou tocada pelo moralismo primário, não serviu para caldear opiniões fundamentadas, abalizadas e de alcance para a formação de uma opinião pública, a que também obstam a falta de transparência, a memória amputada e a rendição ao *banho*.

Na realidade, a ditadura sucedânea à independência teve consequências, mormente no coartar da produção de saber e nos óbices ao diálogo político. Tacitamente, o regime de verdade feito de convenções inquestionadas instituído pelo partido único sobreviveu ao regime, se não de outro modo, ao menos como reverência dúplice pela palavra ditada pelo superior hierárquico.

O persistente intento de definição e de imposição de verdades sugere uma interpretação menos apegada aos intentos de cada conjuntura: o que poderia ser uma intenção de depurar da narrativa histórica a pluralidade factual avessa à visão ideológica de um dado momento, intenção indisfarçável no regime de partido único, pode, afinal, revelar-se uma atitude contumaz, devotada a um relativo sucesso, justamente porque consentânea com a rarefação do debate acerca da história, obviamente coartado no tempo colonial⁴⁷ mas que se prolongou já com a democracia.

Ou, qual hipótese relacionada com a insularidade exígua e com o imperativo de “safar a vida”, tal imposição do que é dito de cima – acerca, por exemplo, do percurso dos atores políticos e históricos – vinga pela aversão ou receio à interpelação dos que se tornam mandantes. O ambiente torna-se algo paradoxal

⁴⁵ Mesmo que se aceite a inferência, quase automática, mas não necessariamente verdadeira, de que a liberdade de um território colonial e do respetivo povo equivaleu à liberdade dos indivíduos, não deixa de espantar a menção de Pinto da Costa à liberdade, ao respirar... que, após 500 anos de escravatura, finalmente se teria tornado possível a 12 de Julho de 1975 (*in* Moniz e Medeiros, 2015, *São Tomé e Príncipe: Retalhos de uma História*, documentário). Não sabemos o quanto asserções panfletárias como estas condicionam as abordagens históricas. Mas talvez possamos imaginar que esta hierarquização de “liberdades” e a designação *à la carte* de noções como povo e escravatura contribuem para impedir um abalizado juízo crítico sobre o regime de partido único.

Implícita, a crítica violenta numa obra analiticamente pobre, ainda que útil pela compilação de factos (SANTO 2015). Independentemente da justiça ou do viés das críticas, ela só foi materializada recentemente, já depois de outros testemunhos críticos e quando o alvo, o ex-presidente Pinto da Costa, foi politicamente derrotado por Patrice Trovoada.

⁴⁶ Para vários dos seus protagonistas, o regime pós-independência suscita palavras equívocas. Durante anos não aceitavam que se o qualificasse tratasse como uma ditadura, em razão, certamente, das suas boas intenções ou do argumento da consolidação da unidade nacional ou da promoção do desenvolvimento, cf. BRANCO e VARELA 1998: 9.

⁴⁷ Cf. NASCIMENTO, Augusto. *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto: CEAUP, 2007. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads.EB005/pdf>>. Acesso em: 1/12/2013
Imputar os silêncios e mais défices de saber e de conhecimento, assim como os défices de prática política democrática, ao colonialismo parece consensual e, até, imperioso. Porém, tal verdade, escorada numa presunção apressada do colonialismo, tende a elidir a questão relativa à agência política: tais défices, mais do que herdados, não terão sido escolhidos pelos dirigentes pela sua conveniência política? Porque é que negando o colonialismo se replicaram os seus procedimentos, réplica mascarada pela invenção de uma luta contra o neocolonialismo e o neoimperialismo de que os ilhéus não precisavam? E que reflexões se produziram sobre o impacto do regime de verdade resultante da censura e dos ditames pelos dirigentes são-tomenses?

porque em privado se sabe, se comenta e se deturpa (com assertividade) o que, em público, não se pode ou, pelo menos, não é conveniente falar.

Nos anos após a independência, a legitimidade do exercício do poder pelo MLSTP e por Pinto da Costa baseava-se em pressupostos indemonstráveis, desde logo relacionáveis com silêncios e opacidades, mas assumidos como verdadeiros por inunção das verdades ideológicas da conjuntura. Falidos os ditames, esvaneceu-se a crença e, desde há anos, rasuram-se os factos.

Para arrolar um exemplo de mistificação e de reescrita da história, afigura-se surpreendente que se venha a negar que o MLSTP fosse marxista⁴⁸. Como após a independência tudo se processava na esfera da informalidade – complementada pela ritualidade dos atos públicos vazios de poder decisório, e, bem assim, pela ambiguidade –, que permite refazer a história, hoje poucos reconhecerão, até pela falência dos propósitos, ter sido marxistas, avançando explicações como ‘éramos inexperientes’ e ‘o campo socialista é que ajudou’. É certo, a maioria dos dirigentes só muito vagamente terá sido marxista, mas, ainda assim, o bastante para a ação política, isto é, para o mando sobre os conterrâneos⁴⁹.

A implausibilidade de tais alegações lembra outra questão: se até à assunção do poder o MLSTP não era marxista, como se teria transfigurado de um momento para o outro⁵⁰? Carlos Graça afirmou que não o era⁵¹. Outros terão desejado sê-lo, aderindo ao credo e recitando a ideologia da época, mas hoje negá-lo, enfeitando as adjetivações que tendam a conotar as suas ações com o marxismo. Fosse como fosse, o MLSTP recorreu à aparente solidez da narrativa marxista para escorar o seu poder. Para os que a propalavam, tal narrativa era tão mais poderosa quanto enunciava de forma simples os “verdadeiros interesses” do “nosso povo”. A retórica era tão mais convincente quanto ela parecia subjugar outras mundividências e derrotar putativos mas, de antemão, silenciados opositores. Mas, a ter havido debate e militância antes e após o 25 de abril, como não perceber as inclinações ideológicas em presença, como não ter discutido questões como a dos alinhamentos políticos, mesmo se implícitos ou depois contraditados pelos percurso e modo de vida dos militantes.

Também devido à persistência do intento de modelar a narrativa histórica, é flagrante a incapacidade de escrever com profundidade crítica sobre acontecimentos que produziram clivagens⁵². Por um lado, é assaz difícil qualificar ideologicamente os atores. Por outro, mesmo se evocados *ad nauseam*, os lemas ideológicos eram instrumentais e serviam desígnios pessoais ditados pela oportunidade, inconsistentes.

Pautados por provações extremas para maioria da população, pela deliquescência institucional e pela atomização dos indivíduos, os anos de democracia representativa, de 1990 até há anos, não bastaram para o discurso científico analiticamente rigoroso e desprendido ganhar foros de cidadania. Aflora, então, uma pergunta de difícil resposta: repercutidos durante anos, por exemplo, na inexistência de uma

⁴⁸ Pode sustentar-se que não o eram, desde logo pelo ralo conhecimento do marxismo, por não terem adotado uma orientação política e económica inequivocamente marxista, aliás, negada pela amarração ao FMI e Banco Mundial (CAHEN 1991: 132). Ora, não está em causa a avaliação da congruência das políticas com o ideário definido como verdadeiramente marxista, cujo estendal de consequências os dirigentes são-tomenses nunca estiveram perto de conseguir delinear ou antever. Estará em causa, não só a adoção da retórica ou a mimese dos órgãos políticos (CAHEN 1991: 131-132), mas o papel do que parecia ser uma teleologia consistente e a invocação de lemas marxistas para, por exemplo, modelar o rígido relacionamento político entre governantes e governados.

⁴⁹ Ouvi uma das vozes irrefutáveis do regime clamar por “centralismo democrático” e “repressão nas escolas” (*testemunho pessoal*). Analiticamente, podemos demonstrar o hiato entre o palavreado marxista e a prática assaz diversa, para não dizer oposta. Mas este não era um dado ao alcance do comum dos são-tomenses, nem o que contava para o ordenamento do quotidiano do comum dos são-tomenses.

⁵⁰ A vacuidade da militância anticolonial pode explicar que não se tivessem revelado as crenças marxistas em que o MLSTP viriam a estribar o seu poder.

⁵¹ Veja-se, por exemplo, GRAÇA 2011: 70.

Sobra a pergunta: como é que não percebeu o teor do que se passava à sua volta?

⁵² Um raro exemplo é o da já mencionada obra sobre a I República, de Carlos Espírito Santo 2015.

Um ensaio de ajuste contas insinua-se nesta obra, no momento em que, dir-se-ia, Pinto da Costa já não desfruta da proeminência política de outrora.

AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos, v.01, n.01, p. 66 – 84, out.2018/março.2019

abordagem rigorosa da evolução histórica, os silêncios e as omissões sobre a história influem no rumo da política, pelo menos no tocante à formação de uma capacidade crítica justa e abalizada?

Na verdade, da prática dos ditames irrefutáveis impostos pelo regime de partido único – regime de que ficou, não a sentença ideológica, mas a aferição da verdade pelo estatuto de quem a enuncia – perdurou o hábito do silêncio acerca das medidas governativas, algumas delas decisivas para a condução do país. Por exemplo, em 2001, nas eleições presidenciais, ninguém falou de petróleo... e, até hoje, raramente se deve ter abordado a questão de forma sistemática, fundamentada e clarividente. Assim, abre-se espaço para tonitruantes dislates ganharem foro de verdades bombásticas politicamente dirigidas⁵³. Mais, a falta de debate profícuo torna audíveis sentenças que, ao invés de poderem desqualificadas por inverosímeis, recolhem apoio pelo que contêm de desforra, por exemplo, a de 2010 na qual se dizia que Eduardo dos Santos e Cavaco Silva se aprestavam para pilhar o petróleo de São Tomé e Príncipe em que, ao tempo, ainda se depositava muita esperança⁵⁴.

Por persistir o hiato entre a esfera da governação e o mundo dos governados, preenchido pela inconsequência dos propósitos dos dirigentes e pelo moralismo sumários dos dependentes, o monopólio das verdades ditadas assente em silêncios (tacitamente impostos e só contrariados à boca pequena⁵⁵) tem implicações na história recente, mormente na pulsão que, indutora de acrimónia, leva a decisão política a basear-se no ressentimento ou, em alternativa, em sucessivas esperanças de redenção até hoje invariavelmente defraudadas.

Num ambiente de avassaladora discricionariedade, que faz tábua rasa de leis e de instituições, a liberdade de expressão – dependente da efetiva observância da lei e da solidez das instituições – define e perde valor. Como se disse, em 1990 passou a vigorar uma liberdade de expressão de que já não havia memória na terra. Até há pouco, o arquipélago tinha uma posição ímpar no tocante às liberdades individuais, mas tal cenário começou a ser alterado desde a conquista em 2014 da maioria absoluta de assentos parlamentares por Patrice Trovoada, em grande medida devido à quase ausência de palavras ou pela utilização azada de palavras que, como outrora, exaltam a vingança prezada pelo ressentimento social de décadas. Entre essas palavras tornadas emblemáticas estão *ladrões, rua! corruptos, rua!* Nesta altura, o tónus moral para a sociedade será o inferido do poder do chefe?

Notas finais ... ou, ainda e sempre, a pertinência do saber histórico

Detenhamo-nos no impensável: há um conjunto de enunciações que são aceites sem questionamento – por exemplo, a da aspiração dos povos à independência –, sem que se permita a explicitação do que uma independência pode conter de conjuntural ou até de circunstancial, para já não falar do desfasamento para as aspirações e promessas⁵⁶. Em São Tomé e Príncipe, àqueles axiomas, somou-se a relutância em sopesar os inevitáveis conflitos e desigualdades entre ilhéus e entre estes e os outros africanos, trabalhadores das roças, o que redundou na impossibilidade de questionar quem se apropriou da

⁵³ Em 2010, soaram a bombásticas as palavras de Teotónio Torres sobre a predação dos recursos petrolíferos (cf. <http://www.telanon.info/sociedade/2010/07/15/4780/teotonio-torres-faz-denuncias-graves-contr-o-primeiro-ministro-rafael-branco-e-o-ministerio-publico-esta-a-investigar/>, acesso: 20 de agosto de 2010). Causaram emoção e foram politicamente úteis a Patrice Trovoada ainda que qualquer análise minimamente distante e fria tivesse de concluir pelo infundado de tais palavras.

⁵⁴ Evidentemente, à ponderação distante, não oferece dúvida a preferência pelo comedimento face ao recurso às invetivas e às acusações de carácter, às injúrias e às ofensas. Mas, também não deixa dúvida a preferência da rua por tais injúrias e ofensas, algo inevitáveis num contexto de inamovível privação, ademais, salientada pela riqueza dos mandantes.

⁵⁵ Entre os são-tomenses, o rol de acusações de procedimentos indevidos dos *políticos* – desde desrespeito de interditos, como o da extração de areias ou o abate de árvores, até ao acúmulo de riqueza – é infindo e universal. A única trincheira de defesa dos políticos é a do silêncio, deixando sem resposta as raras interpelações que chegam ao espaço público.

⁵⁶ Para referir um exemplo bastante citado mas raramente sopesado, cite-se o facto de as independências não se terem concretizado nos termos idealizados pelos pan-africanistas.

independência em detrimento do “nosso povo” e, nos dias de hoje, na dificuldade de questionar os que têm o poder e falam de “mudança” ...

Sem embargo, podemos crer e insistir nas virtudes de um discurso historiográfico identitário, atinente a contribuir para a tessitura de uma coesão social em São Tomé e Príncipe – em 1975 inferida da que até então pressupostamente fora sentida por oposição ao colono –, ainda que, independentemente de alguns ganhos, esta não tenha cessado de se esboroar desde a independência? Como assinalar tal função a um discurso cuja finalidade estrita o deveria tornar esquivo à sua instrumentalização política, ainda que, circunstancialmente, se possa entrever nele funções emblemáticas para a sociedade?

Relativamente ao período colonial, contar uma história inspirada pela verdade prescrita pela conjuntura ou até por um projeto nacional pode parecer um passo política e socialmente necessário, com o qual os estudiosos podem viver, mormente aqueles que abdicarem de equacionar o previsível lastro de silêncios e opacidades replicados nas abordagens não mais inócuas das clivagens entre os são-tomenses após a independência.

Sopese-se a afirmação segundo a qual a historiografia teve de responder aos comentários negativos sobre África, assim como tinha de ser, a um tempo, nacionalista e defensiva⁵⁷. Tal assertiva poderá servir como alicerce da eventual produção de um discurso (pretensamente) histórico com fins políticos – por exemplo, o da mobilização contra o colonialismo –, discurso sobre o qual, contudo, nalgum momento não se poderá deixar de exercer um escrutínio crítico. De outra forma, aceitar-se-á, não a influência decorrente do próprio movimento das ideias, mas a intromissão indevida dos poderosos na produção historiográfica, forçando um foco de análise ou um *innuendo* de interpretações balizadoras da produção historiográfica, assim distorcida para a inconfessada mas operante legitimação do poder.

À época da independência não se cuidava de rigores históricos – quais minudências negligenciáveis! – ou, sequer, do rigor. Diferentemente, queria-se erigir a clivagem racial em fator ordenador do mundo, o que resultava, mesmo se indiretamente, numa legitimação do poder dos dirigentes. A influência destes influiu poderosamente na criação de uma narrativa que pouco colava à realidade vivida e que pouco dizia, mormente na delineação da futura sociedade, aos são-tomenses. Durante anos de monolitismo, não existiu alternativa ao bordão ideológico. O reconhecimento destes condicionalismos é um passo mas não elide a pergunta: como escrever sobre as diferenças, as dissensões, os conflitos e as arbitrariedades no país após 1975?

Certamente, é a uma visão regeneradora que se apela ao enunciar-se como papel “da historiografia africana lutar pela consecução do seu objeto: produzir narrativas unificadas norteadas pelo paradigma da objetividade, e fazê-lo com uma crescente vigilância epistemológica sobre as condições em que desempenha esse papel”⁵⁸. Diga-se, tal demanda não distingue a historiografia africana – na qual se presume caber a historiografia são-tomense – de qualquer historiografia pautada pelo livre e, simultaneamente, rigoroso exercício das regras da arte. Acrescente-se, a liberdade política e a de decisão individual não garantem o rigor, mas este não existirá sem aquelas e, no caso em apreço, sem a garantia dos direitos dos historiadores e mais estudiosos por instituições suficientemente fortes para os amparar, se necessário contra o poder. Justamente, em São Tomé e Príncipe esta garantia não existe por colapso das instituições que a deveriam salvaguardar.

Não se transforme a marginalidade do fragmentado saber histórico em São Tomé e Príncipe numa desgraça social, desde logo por as sociedades não deixarem de existir independentemente das vicissitudes por que passam e do ralo conhecimento que produzem sobre si mesmas. Todavia, não vai sem danos o alheamento relativo à repercussão social e política desse discurso ou do que o substitua.

⁵⁷ Cf. FALOLA, Toyin, *Nationalism and african intellectuals*. Rochester: University of Rochester Press, 2004, p. 227.

⁵⁸ Cf. COELHO, João Paulo Borges. Notas em torno da representação africana de África (ou alguns dilemas da historiografia africana). In: RODRIGUES, José Damião e RODRIGUES, Casimiro (ed.). *Representações de África e dos Africanos na história e cultura – séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: CHAM, 2011. p. 288.

Não é evidente, mas não deixa de se correr o risco de o paradigma da objectividade poder ser interpretado como sinónimo de uma visão teleológica ou finalista.

AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos, v.01, n.01, p. 66 – 84, out.2018/março.2019

Podemos ter o cuidado de, para qualificação e creditação do saber histórico, nos cingirmos a enunciações sobre o passado já distante, relativamente ao qual as palavras já não tenham outra relevância que não a do conhecimento, nesse caso, mais ou menos mitificado e sem danos no presente (a acresce, obviamente, a questão de saber reconhecer estas premissas). Porém, em São Tomé e Príncipe, a par da construção de um discurso histórico rigoroso, o debate das palavras e dos atos de um tempo de que se tem memória e que ainda têm importância afigura-se crucial. O défice a assinalar em São Tomé e Príncipe – onde em surdina se fala de tudo, incluindo muito daquilo que o poder não quer que se saiba – é o de, por falta de conhecimento e de debate públicos sobre as vicissitudes do passado recente, os são-tomenses quedarem desarmados perante a ofensiva corrosiva das instituições e do Estado de direito democrático. Não por alguns deles não se expressarem contra o arbítrio e a injustiça, mas por, para a rua, a história se resumir à reafirmação das desgraças dos deserdados da ventura, tal a convicção negativa que o reiterado falhanço das sucessivas promessas salvíficas tem sedimentado.

Desde a independência os dirigentes foram ou tenderam a ser detentores do monopólio da palavra, por regra tornada irrefutável. Tal repercutiu-se na amputação das instituições e, mais relevante, da interlocução entre indivíduos, cuja razão – por imperativo de sobrevivência e, por consequência, por assomar o medo – acabou sujeita à hierarquia, as mais das vezes, rígida. Apesar de aparentemente desmentido após 1990 – quando São Tomé e Príncipe voltou ao mundo –, este défice de palavra da sociedade não cessa de crescer, paralelamente às provações, à deliquescência institucional, ao empobrecimento e aos vínculos de dependências. Sem embargo, e apesar da atual deriva discricionária e autoritária, dificilmente se imporá de novo uma verdade oficial. Mas certamente se obstará, tanto quanto possível, ao contraditório, o que gerará a alienação ou a duplicidade como comportamentos omnipresentes. O espaço de decisão individual – também para quem dele necessita por dever de ofício – está de novo coartado.

Não será consolação – e menos o é para o historiador, cientista ou interventor público que pretenda cumprir o seu papel social –, mas vale a pena frisar que a imposição de uma memória ou de uma história oficial, mesmo servindo qualquer fim pragmático ou conjuntural, resultará, se tanto, num ganho efémero... Já os danos nas vidas individuais e nos laços sociais se revelarão mais duradouros.

Referências bibliográficas

Internet

ALEGRE, Filinto Costa, 2010, “Associação Cívica – Movimento de Libertação” in <http://www.telanon.info/suplemento/entrevista/2010/07/12/4740/associacao-civica-movimento-de-libertacao/>, acesso: 10 de Junho de 2016

TINY, Carlos, 2015, “O papel da Associação Cívica na luta pela independência” in <http://www.telanon.info/destaques/2015/07/14/19652/o-papel-da-associacao-civica-pro-mlstp-na-luta-pela-independencia/>, acesso: 14 de Julho de 2015

TORRES, Gastão, 2012, “Associação Cívica – Pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe” in <http://www.telanon.info/suplemento/opinioao/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/>, acesso: 8 de Julho de 2012

Documentários

Jerónimo Moniz e Nilton Medeiros, 2015, *São Tomé e Príncipe: Retalhos de uma História*, Portugal

Artigos e livros

BRANCO, Rafael e VARELA, Afonso, *Os caminhos da democracia*. Amadora, 1998.

AbeÁfrica: revista da associação brasileira de estudos africanos, v.01, n.01, p. 66 – 84, out.2018/março.2019

CAHEN, Michel. Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa: IICT, 1991, n. 14-15, p.113-154.

CEITA, João Guadalupe Viegas de, *O Memórias e sonhos perdidos de um combatente pela libertação e progresso de São Tomé e Príncipe*. s. l.: s. ed, 2012.

COELHO, João Paulo Borges. Notas em torno da representação africana de África (ou alguns dilemas da historiografia africana). In: RODRIGUES, José Damião e RODRIGUES, Casimiro (ed.). *Representações de África e dos Africanos na história e cultura – séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: CHAM, 2011. p. 281-290.

COSTA, Manuel Pinto da, *Terra firme*. Porto: Afrontamento, 2011.

CRUZ, Carlos Benigno, *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Lisboa: Moraes Editores, 1975.

CRUZ, Elisabeth da Conceição de Fátima Ceita Vera. *O estatuto do indigenato. O indígena em Angola(no) – A legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Lisboa: FCSH-UNL, 1994.

FALOLA, Toyin, *Nationalism and african intellectuals*. Rochester: University of Rochester Press, 2004.

FERNANDES, Manuel Vaz Afonso, *Os imbróglis das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991*. Coimbra: Universidade de Coimbra, s.d.

GRAÇA, Carlos, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa: UNEAS, 2011.

LABAN, Michel, *São Tomé e Príncipe. Encontro com escritores*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

MBEMBE, Achille, *África insubmissa. Cristianismo, poder e estado na sociedade pós-colonial*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2013.

NASCIMENTO, Augusto. *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto: CEAUP, 2007. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB005/pdf>>. Acesso em: 1/12/2013.

_____. São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua. *Tempo do Mundo*, vol. 2, n. 3, Brasília, 2010, p. 45-73. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/111024_rtm_portugues03.pdf>. Acesso em: 27/01/2014.

_____. As pulsões na política em São Tomé e Príncipe. *Africana Studia*, Porto, n. 20, p. 135-152.

_____. Os dividendos do autoritarismo colonial: o impacto e a manipulação do legado colonial na configuração do pós-independência em São Tomé e Príncipe. In: PIMENTEL, Irene e REZOLA, Maria Inácia (orgs.), *Democracia, ditadura. Memória e justiça política*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 259-282

_____. A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 41, n. 1, Porto Alegre, 2015, p. 58-78. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/20461>>. Acesso em: 26/08/2015. DOI: [10.15448/1980-864X.2015.1.20461](https://doi.org/10.15448/1980-864X.2015.1.20461)

_____. A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe. In: ROSAS, Fernando, MACHAQUEIRO, M. e OLIVEIRA, P. Aires (coord.), *O Adeus ao Império, 40 anos de independências*. Lisboa: Nova Vega, 2015, p. 175-190.

_____. “A farsa da tropa nativa na transição para a independência em São Tomé e Príncipe” in *TEL*, Irati, 2016, p. 233-273. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/10569#.WcTfYnFrzIU>>. Acesso em: 4/10/2018. DOI: 10.5935/2177-6644.20160025

_____. O 25 de Abril, a efémera liberdade e a precocidade do medo em São Tomé e Príncipe. In: GONÇALVES, Leandro Pereira e PAREDES, Marçal de Menezes, *Depois dos cravos, liberdades e independências*, Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016, p. 101-156.

]SANTO, Armindo Ceita Espírito, *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

_____, *S. Tomé e Príncipe. Problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

SANTO, Carlos Espírito, 2012, *O nacionalismo político são-tomense*. Lisboa: Edições Colibri, 2012, 2 vols.

SANTO, Carlos Espírito, 2015, *A primeira república*. Lisboa: Edições Colibri, 2015, 2 vols.

SANTOS, Carlos Oliveira, *O Patrice Trovoada. Uma voz africana*. Lisboa, Âncora Editora, 2014.

SEIBERT, Gerhard, *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Vega, 2001.

Artigo recebido para publicação em: Junho de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Novembro de 2018.